

Estado de Minas Gerais  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

RESPONDENCIA  
Recebida em  
17.11.93  
às 14:25 horas  
Edna

MENSAGEM Nº 071, de 17.11.93.

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
NESTA

Senhor Presidente:

Despachei no  
folha 02  
Ubu, 18.11.93  
Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães  
Presidente da Câmara

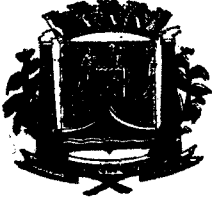
Cumpre-nos encaminhar a V.Ex<sup>a</sup>, para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, na forma do art. 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei anexo que **"dispõe sobre as concessões para a exploração dos serviços de utilidade pública a serem prestados pelo Terminal Rodoviário e pela Usina de Reciclagem e Com-postagem de Lixo de Ubá"**.

A "terceirização", por assim dizer, de alguns segmentos do serviço público vem sendo a solução experimentada em vários Municípios. Em Ubá, dos serviços municipais, são prestados desta forma os de transporte coletivo urbano e de fornecimento de água. Se tivesse que atuar diretamente nesses setores, a Administração Municipal teria que dedicar tempo e verbas para se especializar, em detrimento de outros serviços também essenciais que exigem sua atenção cotidianamente.

O Terminal Rodoviário de Ubá, hoje, absorve o trabalho de 28 servidores. A Usina de Lixo de Ubá, em fase final de montagem, exigirá um número ainda maior. com a exploração de seus serviços por terceiros, esses órgãos municipais estarão atendendo à comunidade, cumprindo a sua função social.

Trata-se de um mecanismo ao alcance da Administração, com amparo no art. 175 da Constituição Federal, que se traduzirá numa oportunidade de se evitar a sobrecarga no quadro de servidores públicos e de dinamizar a prestação dos serviços à população, eis que a iniciativa privada tem dado provas de sua competência e progresso em diversos campos de atuação.

A exploração dos serviços do Terminal Rodoviário e da Usina de Lixo não serão concedidos imediatamente. Antes, a Administração Municipal terá de concluir o regulamento com as condições de execução, de forma que a licitação pública que indicará os beneficiários das concessões contenha mecanismos que garantam a eleição de empresas que possuam, realmente, condições de prestar um excelente serviço à comunidade ubaense. Para a continuidade do processo, entretanto, é necessária a autorização legislativa, que irá garantir a legalidade dos procedimentos.



Estado de Minas Gerais  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

fl.02

81

Desta forma, submetemos a presente matéria à consideração dos Senhores Vereadores, invocando, à sua tramitação, a urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

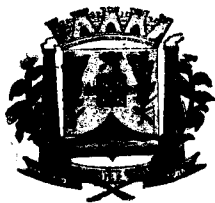
*Dirceu dos Santos Ribeiro*  
Dirceu dos Santos Ribeiro  
Prefeito Municipal

Ubá, MG, 17 de novembro de 1993.

Cópia à C.L.J.R. e aos Srs.  
Lourival Bezerra (Pena), Bork, An-  
tônio Carlos Jacó, José de  
Paulo Sobrinho, Alceu de  
Paula.

Ubu, 18.11.93

*Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães*  
Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães  
Presidente da Câmara



Estado de Minas Gerais  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 138/93.  
(Ref.: Mensagem nº 071, de 17.11.93)

Dispõe sobre as concessões para exploração dos serviços de utilidade pública a serem prestados pelo Terminal Rodoviário e pela Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo de Ubá.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Ubá autorizado a outorgar, a título oneroso, concessões para exploração dos serviços de utilidade pública prestados pelo Terminal Rodoviário "Deputado Philippe Balbi" e pela Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo de Ubá.

**Art. 2º** As concessões dos serviços de utilidade pública de que trata o artigo anterior serão outorgadas pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, findo o qual será promovida nova seleção dos interessados na exploração dos serviços.

**Art. 3º** As condições de execução dos serviços de que trata esta Lei serão estabelecidos em regulamentos aprovados por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 4º** Os beneficiários das concessões dos serviços de utilidade pública de que trata esta Lei serão selecionados por meio de licitação, observada a legislação específica.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 17 de novembro de 1993.

  
Dirceu dos Santos Ribeiro  
Prefeito Municipal